

Repactuação Rio Doce: avançam tratativas na 6ª rodada de discussão

O Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mediou, nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2022, a sexta rodada de discussões sobre a Repactuação Rio Doce, relativa ao rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG). O encontro foi realizado em Brasília sob coordenação do Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello.

A reunião contou com a presença das empresas Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton Brasil. Pelo Poder Público, representantes da União e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo participaram da mesa de repactuação, além dos respectivos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas.

Na abertura do encontro, o Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello destacou falas dos atingidos pelo rompimento apresentadas durante a 3ª Audiência Pública, realizada pelo CNJ em 4 de fevereiro, e pediu o máximo esforço de todos os envolvidos nesta negociação para avanço das tratativas e oferecimento de uma resposta às comunidades atingidas.

Inicialmente, foram tratados, com avanço, os temas de reassentamento, assessoria técnica independente e

infraestrutura impactada. Além disso, as Partes discutiram sobre questões de saúde pública na região afetada e sobre a retomada operacional da UHE Risoleta Neves (Candongá).

Esta sexta rodada marca o retorno da renegociação no ano de 2022. A próxima rodada ocorrerá nos dias 17 e 18 de março, em Brasília/DF. Até lá serão feitas reuniões virtuais entre as partes, que também contarão com a mediação do Conselho Nacional de Justiça.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.

Órgãos e entidades presentes

Mediação: Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do Conselho Nacional de Justiça

Pelo poder público: Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, Advocacia-Geral da União, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais, Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, Comitê Gestor Pró-Rio Doce do Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Espírito

Santo, Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo e Comitê Gestor da Crise Ambiental na Bacia do Rio Doce.

Pelo setor privado: Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda.

Pela sociedade civil: Fórum Permanente de Prefeitos da Bacia do Rio Doce